

ARTIGO DE REVISÃO

Uso indiscriminado do contraceptivo de emergência e o papel do farmacêutico na promoção do seu uso racional

Indiscriminate use of emergency contraception and the role of the pharmacist in promoting its rational use

GLEIDIANE DE FARIAS SOUZA^{1*}  | CATIULE DE OLIVEIRA SANTOS² 

¹Departamento de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil.

²Programa Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, Bahia, Brasil.

Histórico:

Recebido em 08/10/2024

Revisado em 03/02/2025

Aceito em: 30/03/2025

Publicado em 04/04/2025

Palavras-chave

Contraceptivo de emergência.
Profissional farmacêutico
Uso racional de medicamentos.
Saúde reprodutiva

Keywords

Emergency Contraceptive.
Pharmaceutical professional.
Rational Use of Medicines.
Reproductive Health.

Resumo. O uso do contraceptivo de emergência tem aumentado significativamente em escala global, frequentemente sem a devida orientação e acompanhamento profissional. Nesse contexto, este estudo teve como objetivo identificar as problemáticas associadas ao uso indiscriminado desse método, destacando o papel do farmacêutico na mitigação de seus impactos sobre as mulheres que recorrem a essa alternativa. Para isso, foi realizada uma Revisão Sistemática da Literatura com artigos publicados nos últimos cinco anos, indexados nas bases de dados LILACS, PubMed e SciELO. Foram selecionados 18 estudos que evidenciaram a alta prevalência do uso indiscriminado da contracepção de emergência, especialmente entre mulheres jovens. Fatores como a falta de orientação e o fácil acesso ao medicamento são destacados como causas desse uso inadequado. Além disso, verificou-se que muitas mulheres obtêm informações sobre o contraceptivo de emergência por meio de fontes não científicas, como amigos e a mídia, em detrimento da orientação de profissionais de saúde. Os efeitos adversos mais relatados incluem náuseas, vômitos, irregularidades menstruais, dores abdominais, fadiga, cefaleia e tontura. Também foi constatada a disseminação de mitos, como a associação equivocada do método a práticas abortivas. Diante desse cenário, o acompanhamento do farmacêutico é crucial para assegurar o uso correto dos contraceptivos de emergência, minimizar riscos à saúde e prevenir gravidezes não planejadas e abortos, ressaltando a importância da interdisciplinaridade e do uso responsável.

Summary. The use of emergency contraception has increased significantly worldwide, often without adequate guidance or professional oversight. In this context, this study aimed to identify the issues associated with its indiscriminate use, emphasizing the role of pharmacists in mitigating its impact on women who rely on it. To achieve this, a Systematic Literature Review was conducted, analyzing articles published over the past five years and indexed in the LILACS, PubMed, and SciELO databases. A total of 23 studies were selected, revealing a high prevalence of inappropriate emergency contraception use, particularly among young women. Factors such as insufficient professional guidance and easy access to the medication were identified as key contributors to this misuse. Moreover, findings indicate that many women acquire information about emergency contraception from non-scientific sources, such as friends and the media, rather than consulting healthcare professionals. The most commonly reported adverse effects include nausea, vomiting, menstrual irregularities, abdominal pain, fatigue, headache, and dizziness. Additionally, widespread misconceptions persist, including the mistaken belief that emergency contraception is linked to abortion practices. Given this scenario, pharmacist involvement is essential to ensuring the proper use of emergency contraception, minimizing health risks, and preventing unintended pregnancies and abortions. This highlights the importance of interdisciplinary collaboration and the promotion of the responsible use of this contraceptive method.

Introdução

Atualmente, o aumento do uso do contraceptivo de emergência (CE) sem orientação profissional adequada levanta preocupações quanto aos impactos negativos na saúde das mulheres e na eficácia do método, além de questões sociais e éticas¹. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS-2006) demonstrou que 12% das mulheres sexualmente ativas no Brasil já utilizaram a pílula do dia seguinte, principalmente devido a falhas no uso de métodos contraceptivos regulares². Nesse contexto, o farmacêutico, por sua posição estratégica na comunidade, desempenha um papel essencial na orientação e dispensação do CE, garantindo seu uso racional, desmistificando conceitos equivocados e promovendo a saúde reprodutiva³.

O conhecimento do mecanismo de ação do CE é essencial para embasar decisões informadas sobre seu uso. Isso pode dissipar concepções errôneas, como a crença de que é abortivo, quando na verdade impede a ovulação ou a fecundação⁴. No entanto, é crucial reconhecer os possíveis efeitos colaterais, interações medicamentosas e redução da eficácia associados ao uso indiscriminado do CE. Dentre eles incluem alterações no ciclo menstrual, náuseas, dores de cabeça, tontura, mudanças no fluxo sanguíneo, vômito, fadiga, entre outros⁵.

Nesse contexto, o farmacêutico desempenha um papel educativo fundamental, oferecendo informações precisas sobre o uso correto do CE e promovendo uma abordagem responsável. Sua atuação contribui tanto para a saúde individual das mulheres, prevenindo gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis, quanto para a saúde pública em geral, ao fomentar a conscientização sobre a importância da prevenção e do autocuidado⁶.

Dessa forma, a assistência farmacêutica se mostra essencial para mitigar os impactos do uso indiscriminado da CE, permitindo o esclarecimento de dúvidas, a correção de concepções equivocadas e o incentivo ao uso responsável desse contraceptivo. Além disso, a qualificação contínua dos profissionais farmacêuticos contribui para uma abordagem mais ética e segura na dispensação do CE. Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios associados ao uso inadequado da CE e destacar a relevância do farmacêutico na promoção de seu uso racional, visando à melhoria da prática clínica e à saúde das mulheres.

Materiais e Métodos

Este estudo consiste em uma Revisão Sistemática da Literatura, conduzida conforme as diretrizes do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). A pesquisa bibliográfica incluiu artigos publicados nos últimos cinco anos, indexados nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed e Scientific Electronic Library

Online (SciELO). A escolha dessas bases fundamenta-se em sua relevância e abrangência na área da Saúde, assegurando acesso a estudos científicos qualificados e alinhados ao tema investigado.

Para a estratégia de busca, foram utilizadas palavras-chave extraídas dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e seus correspondentes nos Medical Subject Headings (MeSH), incluindo "Contraceptivo de emergência" (Emergency contraceptive), "Profissional farmacêutico" (Pharmaceutical professional), "Uso racional de medicamentos" (Rational use of medicines) e "Saúde reprodutiva" (Reproductive health). Para aprimorar a especificidade dos resultados e garantir a seleção de estudos relevantes, foram empregados operadores booleanos, combinando os descritores com "AND".

A seleção dos estudos seguiu critérios rigorosos para assegurar a qualidade e pertinência das publicações incluídas na revisão. Foram considerados elegíveis artigos publicados entre 2018 e 2023, disponíveis em texto completo e gratuitamente, redigidos em português ou inglês, e que abordassem mecanismos de ação, efeitos adversos, eficácia, papel do farmacêutico e aspectos do uso racional do contraceptivo de emergência. Foram excluídos artigos publicados há mais de cinco anos, artigos pagos ou de acesso restrito, estudos duplicados, publicações em idiomas distintos do português ou inglês, artigos de revisão, estudos experimentais e textos incompletos, além daqueles que não atendiam aos objetivos da pesquisa.

O processo de seleção dos artigos foi realizado em três etapas. Na fase de identificação, os estudos foram coletados nas bases de dados e os registros duplicados foram removidos. Posteriormente, na etapa de triagem, os títulos e resumos foram analisados para verificar a pertinência dos estudos em relação ao tema investigado. Por fim, na fase de elegibilidade e inclusão, os textos completos foram avaliados para garantir que atendessem integralmente aos critérios estabelecidos.

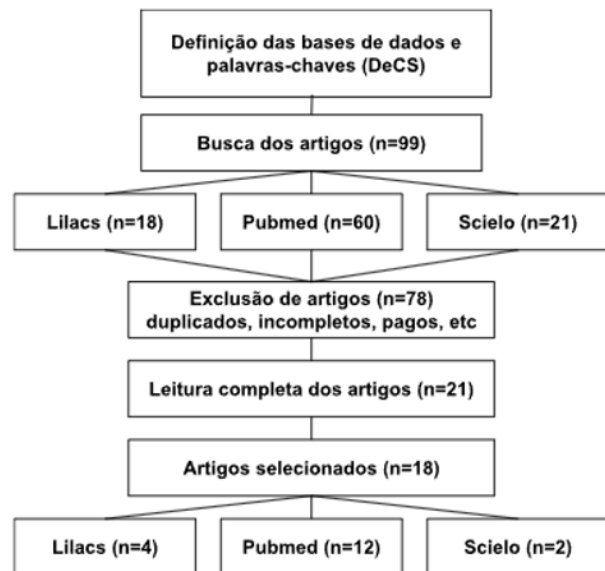
Os dados extraídos dos estudos selecionados foram organizados em uma matriz de análise qualitativa, na qual foram categorizadas informações como autores, ano de publicação, objetivo do estudo, principais achados e conclusões, assegurando transparência e confiabilidade na revisão. Esse processo possibilitou a síntese das informações relevantes e a construção de uma análise crítica baseada em evidências, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do papel do farmacêutico na promoção do uso racional da contracepção de emergência.

Resultados e discussão

A busca realizada nas bases de dados selecionadas resultou em 99 artigos científicos, sendo 18 provenientes do LILACS, 60 do PubMed e 21 do SciELO. Após a aplicação dos critérios de elegibilidade, 78 artigos foram excluídos por duplicação, indisponibilidade em texto completo,

idioma distinto do português ou inglês, acesso pago, por se tratarem de artigos de revisão ou por não estarem alinhados aos objetivos do estudo. Assim, 23 artigos foram lidos integralmente para confirmar sua inclusão, resultando na seleção final de 18 estudos, sendo 4 do LILACS, 12 do PubMed e 2 do SciELO. O fluxo de seleção dos artigos está apresentado na Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma contendo as etapas para seleção do



Fonte: Autoria própria, (2024).

A Tabela 1 apresenta um resumo dos principais achados dos estudos incluídos nesta revisão, evidenciando a relação entre conhecimento, acesso e uso da contracepção de emergência (CE), bem como as lacunas informativas que influenciam a utilização inadequada desse método contraceptivo.

Os estudos analisados demonstram que a CE é amplamente utilizada, especialmente entre mulheres jovens e universitárias. No entanto, grande parte das usuárias não recebe orientação adequada, levando ao uso incorreto do método e à persistência de mitos e desinformação. Estudos como os de Barbian et al. (2021) e Borges (2021) evidenciam que o conhecimento sobre a CE ainda é limitado, sendo frequentemente obtido por meio de amigos e redes sociais, em vez de profissionais de saúde^{7,8}. De maneira similar, Ogunbode (2022) identificou que 43,4% das participantes adquiriram informações sobre a CE através de amigos, ressaltando o impacto das fontes informais na disseminação de informações equivocadas⁹.

A falta de orientação profissional impacta diretamente o uso da contracepção de emergência (CE), gerando equívocos sobre sua ação e segurança. Leon-Larios et al. (2022) e Monteiro et al. (2020) apontam que muitas mulheres ainda acreditam, erroneamente, que a CE pode interromper uma gestação já existente, associando-a ao aborto^{10,11}. Tenaw et al. (2022) relataram que apenas 19,2% das mulheres que buscaram interrupção da gravidez haviam recorrido previamente à

CE¹². Além disso, Kabunga et al. (2024) destacaram o estigma social enfrentado por suas usuárias, reforçando a necessidade de políticas educativas que desmistifiquem seu uso e garantam maior autonomia e segurança na escolha contraceptiva¹³.

No que se refere aos efeitos colaterais, Vieira et al. (2021) analisaram a experiência de adolescentes brasileiras entre 11 e 19 anos e constataram que 60,5% das participantes entre 15 e 19 anos relataram náuseas e vômitos após a ingestão da pílula. Outros efeitos adversos incluem irregularidades menstruais (31%), dores abdominais (14%), fadiga (13%), dor de cabeça (10%) e tontura, o que pode gerar insegurança e contribuir para uma percepção negativa do método^{14,15}. Para minimizar esses efeitos, recomenda-se que o medicamento seja ingerido com alimentos para reduzir a probabilidade de náusea e vômito, sendo essencial o acompanhamento profissional para monitorar o ciclo menstrual, identificar eventuais alterações e garantir a segurança no uso do método¹⁰.

A interação da CE com outros medicamentos é um aspecto relevante, mas pouco explorado na literatura científica. Observou-se, ao longo da revisão, que há uma lacuna de conhecimento sobre esse tema, o que sugere a necessidade de estudos específicos para avaliar possíveis interações medicamentosas que possam comprometer sua eficácia ou intensificar seus efeitos adversos. Essa ausência de informações pode levar a falhas na utilização da CE, principalmente entre mulheres que fazem uso de outros fármacos regularmente, reforçando a importância de pesquisas que abordem esse aspecto para garantir a segurança e a efetividade do método¹⁶.

A falta de conhecimento sobre contracepção também impacta negativamente a saúde pública, especialmente no que se refere à taxa de abortos inseguros. Dados globais indicam que metade das 18 milhões de gestações anuais não são planejadas e que 33% das mulheres que buscam atendimento hospitalar por complicações relacionadas ao aborto têm menos de 20 anos, evidenciando a necessidade de estratégias eficazes de prevenção da gravidez indesejada¹⁷. No Brasil, a situação é ainda mais alarmante, com registros de mais de 800.000 abortos inseguros em 2013, sendo essa uma das principais causas de mortalidade materna no país. O acesso ampliado a informações precisas sobre a CE poderia reduzir significativamente esse índice, desde que houvesse maior difusão sobre seu uso correto e segurança¹⁸.

A eficácia da CE como método de prevenção da gravidez é amplamente comprovada na literatura científica. Sakurai et al. (2019) demonstraram que o uso do levonorgestrel reduziu a taxa de gravidez para 2,4% entre as participantes do estudo, confirmando a segurança do método quando utilizado adequadamente¹⁹. Ademais, pesquisas indicam que o nível de escolaridade das mulheres influencia diretamente seu conhecimento e adesão à CE.

Tabela 1. Caracterização e principais achados dos estudos selecionados

Autor/Ano/Base de Dados	Tipo de Estudo	População Envolvida	Resultados
Cesar et al., 2023, Lilacs	Quantitativo e documental	10 clientes de farmácia	40% das mulheres não usam contraceptivos, 60% usam. Entre as usuárias, 66% usam preservativos e 34% anticoncepcionais.
Barbian et al., 2021, Lilacs	Estudo transversal	1.740 universitárias	Apenas 11,9% receberam orientação sobre CE; 25,7% acreditam que CE é abortivo e 78,2% acreditam que sua eficácia reduz com uso contínuo.
Monteiro, 2020, Lilacs	Estudo transversal	148 adolescentes	Adolescentes de 10-14 anos aprenderam sobre CE com pais e professores (35,3% cada) e amigos (29,4%). Já os de 15 - 19 anos aprenderam através de amigos (65,5%), professores (35,3%), médicos (33,6%) e pais (27,6%).
Borges, 2021, Lilacs	Estudo transversal	2.051 mulheres	O uso de CE está associado à menor idade, maior escolaridade, nível socioeconômico elevado, emprego remunerado e maior número de parceiros sexuais.
Belachew et al., 2023, PubMed	Estudo transversal observacional	1.236 mulheres	Mulheres de 25-49 anos têm maior conhecimento sobre CE do que as de 15-24 anos. Aquelas com ensino médio ou superior têm 3,41 vezes mais probabilidade de conhecer CE.
Yongpraderm et al., 2022, PubMed	Estudo transversal	335 estudantes	Menor índice de acerto em questões sobre comparação entre CE e pílulas regulares (30,4%), momento correto para tomar CE (34,9%) e efeito da CE em causar aborto (36,7%).
Blake et al., 2024, PubMed	Estudo transversal	92 estudantes de farmácia	Apenas 34% dos participantes tinham entendimento adequado sobre CE; 25% identificaram corretamente seu mecanismo de ação.
Mesfin D., 2024, PubMed	Estudo transversal	327 estudantes	54,8% tinham bom conhecimento sobre CE, mas apenas 40,5% dos sexualmente ativos recorreram ao método após relações desprotegidas. Fonte de informação mais comum: pares (34,1%), seguida por instituições de saúde (16,8%), família e mídia.
Ogunbode, 2022, PubMed	Estudo transversal	420 universitárias	51% tinham conhecimento sobre CE, obtido majoritariamente de amigos (43,4%), seguidos por meios de comunicação e farmácias (42,9% e 42%, respectivamente).
Leon-Larios et al., 2022, PubMed	Estudo transversal, analítico e descritivo	478 universitárias	40% dos homens acreditavam que o mecanismo de ação da CE é causar aborto. Quase metade dos estudantes pensava que a CE poderia prejudicar o embrião caso a mulher já estivesse grávida.
Tenaw LA., 2022, PubMed	Estudo transversal	397 mulheres grávidas	Apenas 19,2% das participantes usaram CE para evitar a gravidez atual. A falta de diálogo sobre contraceptivos com o parceiro contribuiu para a baixa utilização. Mulheres com ensino médio tinham 3,28 vezes mais chances de usar CE do que as com ensino superior.
Larson et al., 2020, PubMed	Estudo comparativo	Mulheres de 15-49 anos	Uso de perguntas específicas sobre CE resulta em estimativas de prevalência mais precisas, especialmente em populações com alto uso de CE.
Sakurai S., 2020, PubMed	Estudo médico retrospectivo	1.000 mulheres que utilizam CE	Taxa de gravidez de 2,4% entre as mulheres que receberam tratamento. Levonorgestrel mostrou-se eficaz e seguro para CE.
Kabunga et al., 2024, PubMed	Estudo qualitativo exploratório	40 universitárias	Estigma associado ao uso de CE, mas participantes (19-26 anos) demonstraram atitude positiva em relação ao método, vendo-o como essencial para sua autonomia.
Genemo et al., 2022, PubMed	Estudo transversal	400 universitárias	56,6% conheciam o momento correto para tomar CE, 47,9% acreditavam que CE pode prevenir IST. Menos da metade (46,7%) das universitárias que conheciam o preservativo acreditavam na sua eficácia contra IST.
Abera et al., 2019, PubMed	Estudo transversal	286 estudantes	Cerca de 70% das participantes demonstraram conhecimento insuficiente sobre CE e exibiram postura negativa ou não favorável em relação ao seu uso.
Vieira et al., 2021, Scielo	Estudo transversal	499 estudantes	33,9% das adolescentes experimentaram sua primeira relação sexual sem proteção. Jovens do sexo feminino demonstraram maior entendimento sobre contracepção e prevenção de doenças, porém, o uso de preservativos foi menos frequente.
Passos et al., 2023, Scielo	Estudo de validação de escala	223 universitárias	Reconhecem a importância da CE, mas expressam hesitações e preocupações influenciadas por percepção de risco, medo de efeitos colaterais e crenças morais ou éticas.

Belachew et al. (2023)²⁰ evidenciaram que mulheres com maior nível educacional tendem a apresentar maior conhecimento sobre o método e, consequentemente, maior propensão a utilizá-lo corretamente, o que reduz a incidência de gestações não planejadas..

Entretanto, apesar da eficácia e segurança do método, a baixa qualificação dos profissionais de saúde sobre a CE ainda é um obstáculo significativo. Blake et al. (2024) identificaram que apenas 34% dos estudantes de farmácia possuíam conhecimento adequado sobre a CE, destacando a necessidade de capacitação contínua para que esses profissionais possam fornecer informações corretas e orientar as usuárias sobre seu uso adequado²¹. O acesso a fontes científicas confiáveis e o treinamento profissional contínuo são fundamentais para garantir que as mulheres tenham acesso a informações de qualidade, reduzindo a desinformação e promovendo um uso mais consciente da Ce²².

Diante desse cenário, fica evidente a importância da educação sexual e do aconselhamento sobre contracepção como estratégias fundamentais para promover o uso adequado da CE. Estudos como os de Genemo et al. (2022) indicam que a conscientização sobre o uso da CE pode levar a um aumento na adesão ao uso de preservativos em conjunto com a pílula, promovendo a dupla proteção contra infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez indesejada²³. Larson et al. (2020) ressaltam que, para que essas estratégias sejam eficazes, é essencial aprimorar a coleta de dados sobre o uso da CE, garantindo que os estudos epidemiológicos sejam mais específicos na avaliação do impacto desse método na população²⁴.

O papel do farmacêutico nesse contexto é de suma importância, pois ele atua na linha de frente da orientação sobre o uso adequado da CE. Além de fornecer informações sobre o uso correto do medicamento, o farmacêutico deve esclarecer sobre os diversos métodos contraceptivos disponíveis e auxiliar na escolha da melhor opção para cada paciente. Esse profissional desempenha um papel essencial na conscientização sobre a necessidade do uso regular de contraceptivos e na prevenção da automedicação e do uso repetitivo da CE como método contraceptivo de rotina^{25,26}.

Com base nos achados desta revisão, observa-se que, apesar da ampla disponibilidade da CE, persistem desafios na disseminação de informações corretas e na capacitação dos profissionais de saúde para fornecer orientações adequadas. A desinformação, aliada a barreiras socioculturais e à estigmatização do uso da CE, reforça a necessidade de ações educativas, políticas públicas e estratégias que promovam o uso racional do método. O investimento na qualificação profissional e na ampliação do acesso a informações confiáveis são medidas essenciais para garantir que a CE seja utilizada de forma eficaz, segura e responsável, contribuindo

assim para a redução das taxas de gestações não planejadas e complicações decorrentes de abortos inseguros.

Conclusão

Os resultados desta revisão evidenciam que, apesar da ampla disponibilidade da CE, ainda há grandes desafios na disseminação de informações precisas e na orientação profissional. O papel do farmacêutico é crucial para desmistificar informações errôneas, promover o uso correto do método e incentivar estratégias contraceptivas mais seguras e eficazes. A falta de conhecimento sobre a CE, aliada a barreiras socioculturais, reforça a necessidade de campanhas educativas e capacitação profissional para garantir que esse método seja utilizado de maneira racional e eficaz.

Declaração de conflito de interesse: não há conflito de interesse.

Participação dos autores: Gleidiane de Farias Souza: 70% (responsável pela elaboração do artigo). Catiule de Oliveira Santos: 30% (orientação, correções e sugestões).

Agradecimentos: agradeço à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia pela formação e pelos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, que foram fundamentais para a elaboração deste artigo.

Referências

¹CESAR E.P, et al. Análise da dispensação de pílula do dia seguinte em uma farmácia do município no oeste do estado do Paraná. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, v.1, n.1, p.73-89. 2023.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde; Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 2009

³PEREIRA, L. S. M., GUIMARÃES, T. A., FIGUEIREDO, F. J. B., RUAS, L. P. R., ANDRADE, V. F., PINHEIRO, T. D. A., et al. Percepção de uma comunidade acadêmica sobre a utilização da pílula do dia seguinte. Braz J Hea Rev. 2021; 4(4):15702–14. DOI: <https://doi.org/10.34119/bjhrv4n4-104>.

⁴SILVA, G. A.; PILLATI, G. R. C.; PIVA, R. D. Contraceptivos de emergência: uma revisão teórica do tipo narrativo. Rev Iberoam Human Ciênc Educ. 2021;7(10):1280-90.

⁵RAMOS, A. S., et al. Comercialização de contraceptivos de emergência em Cuiabá e Várzea Grande e risco associado ao seu uso indiscriminado. Repositório Digital Univag. 2023.

- ⁶CÍCERO, F., et al. Uso de contraceptivos de emergência por universitários da área da saúde do curso de farmácia. *Semantic Scholar*. 2023; DOI: <http://dx.doi.org/10.18024/1519-5694/revuniandrade.v21n2p-82-88>.
- ⁷BARBIAN, J., KUBO, C. Y., BALAGUER, C. S., KLOCKNER, J., COSTA, L. M. V. D. A., RIES, E. F., et al. Anticoncepção de emergência em universitárias: prevalência de uso e falhas no conhecimento. *Rev Saúde Pública*. 2021; 55:74. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003076>.
- ⁸BORGES, A. L. V., GONÇALVES, R. F. S., CHOFKIAN, C. B. D. N., NASCIMENTO, N. D. C., FIGUEIREDO, R. M. M. D., FUJIMORI, E., et al. Uso da anticoncepção de emergência entre mulheres usuárias de Unidades Básicas de Saúde em três capitais brasileiras. *Cien Saúde Colet*. 2021; 26(suppl 2):3671–82. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021269.2.32772019>.
- ⁹OGUNBODE, O. O., TAKPE, R., ADENIYI, A., OGUNBODE, A. M., AGBOOLA, A. Conhecimento da contracepção de emergência e preditores de seu uso entre estudantes de graduação em duas universidades nigerianas. *Ann Ib Pós-Graduação Med*. 2022; 20(2):143–50. PMCID: PMC10295099.
- ¹⁰LEON-LARIOS, F., RUIZ-FERRON, C., JALON-NEIRA, R.-M., PRAENA-FERNÁNDEZ, J.-M. Conhecimento, conscientização e vivências de estudantes de enfermagem sobre o uso da pílula anticoncepcional de emergência. *J Clin Med*. 2022; 11(2):418. DOI: <http://dx.doi.org/10.3390/jcm11020418>.
- ¹¹MONTEIRO, D. L. M., PEREIRA, M. F. V. R., HERTER, L. D., AVILA, R., RAUPP, R. M. Emergency hormonal contraception in adolescence. *Revista da Associação Médica Brasileira*. 2020; 66:472–8. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9282.66.4.472>.
- ¹²TENAW, L. A. Practice and determinants of emergency contraceptive utilization among women seeking termination of pregnancy in Northwest Ethiopia—A mixed quantitative and qualitative study. *PLOS ONE*. 2022; 17(2):e0263776. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0263776>.
- ¹³KABUNGA, A., KIGONGO, E., ACANGA, A., TUMWESIGYE, R., AUMA, A. G., MUSINGUZI, M., et al. Qualitative study on stigma as a barrier to emergency contraceptive pill use among university students in the Lango subregion, Uganda. *BMJ open*. 2024; 14(2):e079478–8. DOI: 10.1136/bmjopen-2023-079478.
- ¹⁴VIEIRA, K. J., BARBOSA, N. G., DIONÍZIO, L. D. A., SANTARATO, N., MONTEIRO, J. C. D. S., GOMES-SPONHOLZ, F. A., et al. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. *Escola Anna Nery*. 2021; 25(3). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0066>.
- ¹⁵CESAR, E. P., SANTOS, E. F. D., CEBRIAN, R. A. V., DALMAGRO, M., COGO, J., ALEXANDRE, M. M., et al. Análise da dispensação de pílula do dia seguinte em uma farmácia do município no oeste do estado do Paraná. *Arq ciências saúde UNIPAR*. 2023; 73–89. ID: biblio-1414725.
- ¹⁶BELACHEW, T. B., et. al. Conhecimento contraceptivo de emergência e fatores associados entre mulheres em idade reprodutiva com experiência em aborto na Etiópia: uma análise multinível usando dados EDHS 2016. *BMC Parto Gestacional*. 2023; 23(1). DOI: 10.1186/s12884-023-06091-6.
- ¹⁷ABERA, L., SEMA, A., GUTA, A., BELAY, Y. Emergency contraceptive utilization and associated factors among college students in Dire Dawa city, Eastern Ethiopia: a cross-sectional study. *Eur J Obstet*. 2021; 5(July):1–7. DOI: <https://doi.org/10.18332/ejm/137655>.
- ¹⁸PASSOS, Á. L. V., LEITE, A. A. G. R., MEDEIROS, E. D. D., ARAÚJO, L. F. D., COUTO, R. N., SILVA, P. G. N. D. Pílula do Dia Seguinte: Elaboração e Evidências Psicométricas de uma Medida. *Psicol Teor Pesqui*. 2023; 39:e39505. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e39505.pt>.
- ¹⁹SAKURAI, S. Taxa de gravidez após contracepção de emergência com levonorgestrel oral em dose única em mulheres japonesas. *J Obstet Gynaecol Res*. 2019; 45(9):1892–8. DOI: <http://dx.doi.org/10.1111/jog.14049>.
- ²⁰BELACHEW, T. B., NEGASH, W. D., BELAY, D. G., ARAGAW, F. M., ASRATIE, M. H., ASMAMAW, D. B. Conhecimento contraceptivo de emergência e fatores associados entre mulheres em idade reprodutiva com experiência em aborto na Etiópia: uma análise multinível usando dados EDHS 2016. *BMC Parto Gestacional*. 2023; 23(1). DOI: 10.1186/s12884-023-06091-6.
- ²¹BLAKE, B. N., BOOKBINDER, S., LAZENBY, G., MARSHALL, A., WEED, E., MEGLIN, M. Conhecimento da contracepção oral de emergência entre estudantes de farmácia. *Representante de Saúde da Mulher (New Rochelle)*. 2024; 5(1):40–5. DOI: <http://dx.doi.org/10.1089/whr.2023.0175>.
- ²²MESFIN, D. Conhecimento contraceptivo de emergência, utilização e fatores associados entre estudantes do ensino médio na cidade de Wolkite, sul da Etiópia, estudo transversal. *Contraceptivo Reprod Med*. 2020; 5(1). DOI: <https://doi.org/10.1186/s40834-020-00119-4>.

²³ GENEMO, E., KORSÁ, A. T., BAYISA, H. G. Uso de pílula anticoncepcional de emergência e seu impacto no uso de preservativos entre universitários: um estudo transversal. *Revista Internacional de Saúde da Mulher*. 2022; 14: 1115 – 26. DOI: <https://doi.org/10.2147/IJWH.S375841>.

²⁴ LARSON, E., MORZENTI, A., GUIELLA, G., GICHANGI, P., MAKUMBI, F., CHOI, Y. Reconceituando a medida do uso de contracepção de emergência: Comparação de abordagens para estimar o uso de contracepção de emergência. *Stud Fam Plann*. 2020; 51(1): 87 – 102. DOI: <https://doi.org/10.1111/sifp.12111>.

²⁵ VIEIRA, K. J., BARBOSA, N. G., DIONÍZIO, L. D. A., SANTARATO, N., MONTEIRO, J. C. D. S., GOMES-SPONHOLZ, F. A., et al. Início da atividade sexual e sexo protegido em adolescentes. *Escola Anna Nery*. 2021; 25(3). DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0066>.

²⁶ YONGPRADERM, S., UITRAKUL, S., DAENGNAPOORNKUL, P., O-IN, R., SINSANGBUN, B. Knowledge and attitude toward emergency contraceptive pills among first-year undergraduate students in Southern Thailand. *BMC medical education*. 2022; 22(1):593. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12909-022-03659-2>.